

No. 42224

**Brazil
and
Uruguay**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay on residence, study and work permits for Brazilian and Uruguayan frontier citizens (with annex). Montevideo, 21 August 2002

Entry into force: *14 April 2004 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article IX*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 January 2006*

**Brésil
et
Uruguay**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay relatif aux permis de résidence, d'études et de travail pour les ressortissants frontaliers brésiliens et uruguayens (avec annexe). Montevideo, 21 août 2002

Entrée en vigueur : *14 avril 2004 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article IX*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 janvier 2006*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA PERMISSÃO
DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO A NACIONAIS FRONTEIRIÇOS
BRASILEIROS E URUGUAIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados “Partes”),

Considerando os históricos laços de fraterna amizade existentes entre as duas Nações;

Reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração de suas populações;

Reafirmando o desejo de acordar soluções comuns com vistas ao fortalecimento do processo de integração entre as Partes;

Destacando a importância de contemplar tais soluções em instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum, como a circulação de pessoas e o controle migratório;

Resolvem celebrar um Acordo para permissão de ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteiro a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças, nos termos que se seguem:

ARTIGO I

Permissão de Residência, Estudo e Trabalho

1. Aos nacionais de uma das Partes, residentes nas localidades fronteiriças listadas no Anexo de Localidades Vinculadas, poderá ser concedida permissão para:

- a) residência na localidade vizinha, situada no território da outra Parte, à qual fica vinculada na forma deste Acordo;
 - b) exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as conseqüentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes;
 - c) freqüência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.
2. Os direitos estabelecidos neste artigo estendem-se aos aposentados e pensionistas.
3. A qualidade de fronteiroço poderá ser inicialmente outorgada por 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, findo o qual poderá ser concedida por prazo indeterminado, e valerá, em qualquer caso, exclusivamente, nos limites da localidade para a qual foi concedida.

ARTIGO II

Documento Especial de Fronteiroço

1. Aos indivíduos referidos no artigo anterior poderá ser fornecido documento especial de fronteiroço, caracterizando essa qualidade.
2. A posse do documento especial de fronteiroço não dispensa o uso dos documentos de identidade já estabelecidos em outros acordos vigentes entre as Partes.

ARTIGO III

Concessão

1. Compete ao Departamento de Polícia Federal do Brasil e à Direção Nacional de Migrações do Uruguai conceder o documento especial de fronteiroço, respectivamente.
2. Do documento especial de fronteiroço constará a qualidade de fronteiroço e a localidade onde estará autorizado a exercer os direitos previstos neste Acordo e outros requisitos estabelecidos por ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai.
3. O documento especial de fronteiroço permite residência exclusivamente dentro dos limites territoriais da localidade fronteiroça a que se referir.
4. Para a concessão do documento especial de fronteiroço serão exigidos:

- a) passaporte ou outro documento de identidade válido admitido pelas Partes em outros acordos vigentes;
 - b) comprovante de residência em alguma das localidades constantes do Anexo deste Acordo;
 - c) documento relativo a processos penais e antecedentes criminais nos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos;
 - d) duas fotografias tamanho 3x4, coloridas e recentes;
 - e) comprovante de pagamento da taxa respectiva.
5. Não poderá beneficiar-se deste Acordo quem tiver sofrido condenação criminal ou esteja respondendo a processo penal nas Partes ou no exterior.
6. Mediante ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai poderá ser detalhada ou modificada a relação de documentos estabelecidos no parágrafo 4.
7. No caso de menores, o pedido será formalizado por meio de representação ou assistência.
8. Para a concessão do documento especial de fronteiroço serão aceitos, igualmente, por ambas as Partes, documentos redigidos em português ou espanhol.

ARTIGO IV Cancelamento

1. A qualidade de fronteiroço será cancelada, a qualquer tempo, ocorrida uma das seguintes hipóteses:
- a) perda da condição de nacional de uma das Partes;
 - b) condenação penal em qualquer das Partes ou no exterior;
 - c) fraude ou utilização de documentos falsos para sua concessão;
 - d) obtenção de outro status imigratório; ou
 - e) tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora dos limites territoriais estabelecidos no Anexo.
2. O cancelamento acarretará o recolhimento do documento especial de fronteiroço pela autoridade expedidora.

3. As Partes poderão estabelecer outras hipóteses de cancelamento da qualidade de fronteiroço.

ARTIGO V Outros Acordos

1. Este Acordo não modifica direitos e obrigações estabelecidos por outros acordos e tratados vigentes.
2. O presente Acordo não obsta a aplicação nas localidades nele abrangidas de outros tratados ou acordos vigentes.
3. Este Acordo não se aplica a qualquer localidade que não conste expressamente do seu Anexo de Localidades Vinculadas.

ARTIGO VI Anexo de Localidades Vinculadas

1. A lista de localidades fronteiriças e das respectivas vinculações para aplicação do presente Acordo é a que consta do Anexo, podendo ser ampliada ou reduzida por troca de notas entre as Partes, com antecedência de 90 (noventa) dias.
2. A ampliação da lista estabelecida no Anexo somente poderá contemplar aquelas localidades situadas em uma faixa de até 20 (vinte) quilômetros da fronteira e dependerá da concordância de ambas as Partes. A ampliação poderá contemplar a totalidade ou parte dos direitos previstos no Artigo I.
3. Cada Parte poderá, a seu critério, suspender ou cancelar unilateralmente a aplicação do presente Acordo em quaisquer das localidades constantes do Anexo, por meio de nota diplomática com antecedência de 30 (trinta) dias. O cancelamento ou suspensão poderá referir-se também a quaisquer dos incisos do Artigo I do presente Acordo.
4. A suspensão ou cancelamento da aplicação deste Acordo, previstos no inciso 3, não prejudica a validade dos documentos especiais de fronteiroço já expedidos, assim como o exercício dos direitos deles decorrentes.

ARTIGO VII Extinção de Penalidades

Ficam extintas as penalidades administrativas aplicadas ou aplicáveis na data da entrada em vigor deste Acordo em razão da permanência irregular das pessoas que tenham ingressado até 15 de março de 2002 nas localidades mencionadas no Anexo.

ARTIGO VIII
Estímulo à Integração

Cada uma das Partes poderá ser tolerante quanto ao uso do idioma da outra Parte pelos beneficiários deste Acordo quando se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios dele decorrentes.

ARTIGO IX
Vigência

Este Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação pelas Partes.

ARTIGO X
Denúncia

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, com comunicação escrita, transmitida por via diplomática, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

ARTIGO XI
Solução de Controvérsias

Qualquer dúvida relacionada à aplicação deste Acordo será solucionada por meios diplomáticos, com respectiva troca de notas.

Feito em Montevidéu, em 21 de agosto de 2002, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Lafer
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI
Didier Opertti Badán
Ministro das Relações Exteriores
do Uruguai

ANEXO DE LOCALIDADES VINCULADAS

Relação de Vinculação das Localidades Fronteiriças

1. Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo e Barra do Chuí (Brasil) a Chuy, 18 de Julho, Barra de Chuy e La Coronilla (Uruguai);
2. Jaguarão (Brasil) a Rio Branco (Uruguai);
3. Aceguá (Brasil) a Aceguá (Uruguai);
4. Santana do Livramento (Brasil) a Rivera (Uruguai);
5. Quaraí (Brasil) a Artigas (Uruguai);
6. Barra do Quaraí (Brasil) a Bella Unión (Uruguai).

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y
EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY SOBRE PERMISO
DE RESIDENCIA, ESTUDIO Y TRABAJO PARA LOS NACIONALES
FRONTERIZOS BRASILEÑOS Y URUGUAYOS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay
(en adelante denominados “Partes”),

Considerando los históricos lazos de fraterna amistad existentes entre las dos Naciones;

Reconociendo que las fronteras que unen los dos países constituyen elementos de integración entre sus poblaciones;

Reafirmando el deseo de acordar soluciones comunes con miras al fortalecimiento del proceso de integración entre las Partes;

Destacando la importancia de contemplar tales soluciones en instrumentos jurídicos de cooperación en áreas de interés común, como la circulación de personas y el control migratorio;

Resuelven celebrar un Acuerdo para permitir el ingreso, residencia, estudio, trabajo, previsión social y concesión de documento especial de fronterizo para extranjeros residentes en localidades fronterizas, según los siguientes términos:

ARTÍCULO I
Permiso de Residencia, Estudio y Trabajo

1. A los nacionales de una de las Partes, residentes en las localidades fronterizas enumeradas en el Anexo de Localidades Vinculadas, podrá ser concedido permiso para:
 - a) residencia en la localidad vecina situada en el territorio de la otra Parte, a la cual queda vinculada según lo dispuesto por este Acuerdo;
 - b) ejercicio del trabajo, oficio o profesión, con las consiguientes obligaciones y derechos correspondientes a la previsión social derivadas de los mismos;
 - c) asistencia a establecimientos de enseñanza pública o privada.
2. Los derechos establecidos en este artículo se extienden a los jubilados y pensionistas.
3. La calidad de fronterizo podrá ser inicialmente otorgada por 5 (cinco), prorrogable por igual período, terminado el cual podrá ser concedida por tiempo indeterminado y valdrá, bajo cualquier circunstancia, exclusivamente, en los límites de la localidad para la que fue concedida.

ARTÍCULO II
Documento Especial de Fronterizo

1. A los individuos referidos en el artículo anterior se les podrá otorgar el documento especial de fronterizo, caracterizando dicha calidad.
2. La posesión del documento especial de fronterizo no exime del uso de los documentos de identidad ya establecidos en otros acuerdos vigentes entre ambas Partes.

ARTÍCULO III
Concesión

1. Compete al Departamento de la Policía Federal del Brasil y a la Dirección Nacional de Migración del Uruguay, respectivamente, conceder el documento especial de fronterizo.
2. En el documento especial de fronterizo constará la calidad de fronterizo y la localidad donde estará autorizado a ejercer los derechos previstos en

este Acuerdo y otros requisitos establecidos por convenio administrativo entre el Ministerio de Justicia del Brasil y el Ministerio del Interior del Uruguay.

3. El documento especial de fronterizo permite la residencia exclusivamente dentro de los límites territoriales de la localidad fronteriza a que se refiere.
4. Para la concesión del documento especial de fronterizo se exigirán:
 - a) pasaporte u otro documento de identidad válido admitido por las Partes en otros acuerdos vigentes;
 - b) comprobante de residencia en alguna de las localidades que constan en el Anexo del presente Acuerdo;
 - c) documento relativo a procesos penales y antecedentes criminales en las localidades de residencia de los últimos 5 (cinco) años;
 - d) dos fotografías tamaño 3x4 a color y recientes;
 - e) comprobante de pago de la tasa respectiva.
5. No se podrá beneficiar de este Acuerdo quien hubiera sufrido condena penal o estuviera sometido a proceso penal en las Partes o en el exterior.
6. Mediante convenio administrativo entre el Ministerio de Justicia del Brasil y el Ministerio del Interior del Uruguay se podrá detallar o modificar la relación de documentos establecidos en el párrafo 4.
7. En el caso de los menores, la solicitud se formalizará por medio de representación o asistencia.
8. Para el otorgamiento del documento especial de fronterizo se aceptarán, igualmente, por ambas Partes, documentos redactados en portugués o español.

ARTÍCULO IV Cancelación

1. La calidad de fronterizo será cancelada, en cualquier oportunidad, en que ocurriera alguna de las siguientes hipótesis:
 - a) pérdida de la nacionalidad de una de las Partes;
 - b) condena penal en cualquiera de las Partes o en el exterior;
 - c) fraude o utilización de documentos falsos para su otorgamiento;

- d) obtención de otro status migratorio, o
 - e) tentativa de ejercer los derechos previstos en este Acuerdo, fuera de los límites territoriales establecidos en el Anexo.
2. La cancelación aparejará el retiro del documento especial de fronterizo por la autoridad que lo expidiera.
3. Las Partes podrán establecer otras hipótesis de cancelación de la calidad de fronterizo.

ARTÍCULO V Otros Acuerdos

1. El presente Acuerdo no modifica derechos ni obligaciones establecidos por otros acuerdos y tratados vigentes.
2. El presente Acuerdo no obsta a la aplicación, en las localidades que el mismo abarca, de otros tratados y acuerdos vigentes.
3. Este Acuerdo no se aplicará a aquellas localidades que no consten expresamente en su Anexo de Localidades Vinculadas.

ARTÍCULO VI Anexo de Localidades Vinculadas

1. La lista de localidades fronterizas y de las respectivas vinculaciones para la aplicación del presente Acuerdo es la que consta en el Anexo, pudiendo ser ampliada o reducida por intercambio de notas entre las Partes con 90 (noventa) días de antelación.
2. La ampliación de la lista establecida en el Anexo solamente podrá contemplar aquellas localidades situadas en una faja de hasta 20 (veinte) kilómetros de la frontera y de común acuerdo entre ambas Partes. La ampliación podrá contemplar la totalidad o parte de los derechos previstos en el Artículo I.
3. Cada Parte podrá, según su criterio, suspender o cancelar unilateralmente la aplicación del presente Acuerdo en cualesquiera de las localidades que constan en el Anexo, por medio de nota diplomática, con 30 (treinta) días de antelación. La cancelación o suspensión se podrá también referir a cualesquiera de los incisos del Artículo I del presente Acuerdo.

4. La suspensión o cancelación de la aplicación de este Acuerdo, previstas en el inciso 3, no afecta la validez de los documentos especiales de fronterizo ya expedidos así como el ejercicio de los derechos originados por los mismos.

ARTÍCULO VII Extinción de Penalidades

Quedan extinguidas las penalidades administrativas aplicadas o aplicables a la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo, en razón de la permanencia irregular de las personas que hubieran ingresado hasta el 15 de marzo de 2002, en las localidades mencionadas en el Anexo.

ARTÍCULO VIII Estímulo a la Integración

Cada una de las Partes podrá ser tolerante en cuanto al uso del idioma de la otra Parte por los beneficiarios de este Acuerdo cuando se dirijan a organismos o reparticiones públicas para reclamar o reivindicar los beneficios que surjan del mismo.

ARTÍCULO IX Vigencia

Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de intercambio de los instrumentos de ratificación por las Partes.

ARTÍCULO X Denuncia

El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes, por medio de comunicación escrita, transmitida por vía diplomática, con una antelación mínima de 90 (noventa) días.

ARTÍCULO XI Solución de Controversias

Cualquier duda relacionada con la aplicación del presente Acuerdo será solucionada por medios diplomáticos, con el respectivo intercambio de notas.

Hecho en Montevideo, el 21 de agosto de 2002, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
ORIENTAL DEL URUGUAY

ANEXO DE LOCALIDADES VINCULADAS

Relación de Vinculación de Localidades Fronterizas

1. Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo y Barra do Chuí (Brasil) a Chuy, 18 de Julio , Barra del Chuy y La Coronilla (Uruguay)
2. Jaguarão (Brasil) a Río Branco (Uruguay)
3. Aceguá (Brasil) a Aceguá (Uruguay)
4. Santana do Livramento (Brasil) a Rivera (Uruguay)
5. Quaraí (Brasil) a Artigas (Uruguay)
6. Barra do Quaraí (Brasil) a Bella Unión (Uruguay)

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY ON RESIDENCE, STUDY AND WORK PERMITS FOR BRAZILIAN AND URUGUAYAN FRONTIER CITIZENS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering the historical bonds of fraternal friendship existing between the two nations;

Acknowledging that the borders uniting the two countries constitute elements of linkage between their populations;

Reasserting the wish to agree on common solutions with a view to strengthening the process of linkage between the Parties;

Stressing the importance of providing for such solutions through legal instruments of cooperation in areas of common interest, such as the movement of persons and migration control;

Have decided to conclude an Agreement in order to make possible entry, residence, study, employment, social security coverage and the issuance of a frontier inhabitant special document for foreign residents of frontier communities under the following terms:

Article I. Residence, study and work permit

1. Nationals of either Party, residing in the frontier communities included in the Annex containing the Associated Communities, may be issued a permit to:

(a) Reside in the neighbouring community, located in the territory of the other Party, with which their community is associated under the provisions of this Agreement;

(b) Carry out work, exercise a trade or practice a profession that entails obligations and rights regarding social security;

(c) Attend public or private education institutions.

2. The rights provided for in this Article shall be extended to retired persons and pensioners.

3. The status of frontier inhabitant may be initially granted for five years and subsequently renewed for an equal period, at the end of which that status may be accorded for an indefinite period. Under any circumstances, the status in question shall apply exclusively within the limits of the community for which it has been accorded.

Article II. Frontier inhabitant special document

1. The persons referred to in the preceding Article may be issued a frontier inhabitant special document, providing the status in question.

2. Possession of a frontier inhabitant special document shall not imply exemption from using the identification documents already provided for in other applicable agreements between the two Parties.

Article III. Issuance

1. The Federal Police Department of Brazil and the National Directorate of Migration of Uruguay shall be respectively competent to issue frontier inhabitant special documents.

2. The frontier inhabitant special document shall certify the status of frontier inhabitant, specify the community where exercise of the rights provided for in this Agreement is authorized and contain any other required indications established by administrative agreement between the Ministry of Justice of Brazil and the Ministry of the Interior of Uruguay.

3. The frontier inhabitant special document shall authorize residence exclusively within the territorial limits of the frontier community to which it refers.

4. The following items shall be required for issuing a frontier inhabitant special document:

(a) Passport or other valid identification document accepted by the Parties under other applicable agreements;

(b) Proof of residence in one of the communities specified in the Annex to this Agreement;

(c) Document on criminal proceedings and criminal record in the communities of residence in the last five years;

(d) Two recent colour photographs, size 3x4;

(e) Proof of payment of the required fee.

5. Persons having had a criminal conviction or faced criminal proceedings in the Parties or other countries shall not be entitled to benefits under this Agreement.

6. By administrative agreement between the Ministry of Justice of Brazil and the Ministry of the Interior of Uruguay, the list of items provided in paragraph 4 may be made more specific or amended.

7. In the case of minors, the application shall be filed through representatives or assistants.

8. For the purpose of issuing a frontier inhabitant special document, both Parties shall accept documents drawn up in Portuguese or Spanish, indiscriminately.

Article IV. Cancellation

1. The status of frontier inhabitant shall be cancelled in any one of the following cases:

(a) Loss of the status of national of one of the Parties;

(b) Criminal conviction in either Party or in another country;

(c) Fraud or use of forged documents for acquiring the status in question;

- (d) Acquisition of a different migratory status; or
 - (e) Attempt to exercise the rights provided for in this Agreement outside the territorial limits stipulated in the Annex.
2. Cancellation shall imply retrieval of the frontier inhabitant special document by the authority that issued it.
 3. The Parties may specify additional cases in which a person's frontier inhabitant status shall be cancelled.

Article V. Other agreements

1. This Agreement shall not alter any rights or obligations stipulated in other agreements and treaties in force.
2. This Agreement shall not prevent other applicable treaties and agreements from implementation in the communities covered herein.
3. This Agreement shall not apply to any communities not explicitly mentioned in the Annex containing the Associated Communities.

Article VI. Annex containing the Associated Communities

1. The list of frontier communities and respective associations for the implementation of this Agreement is provided in the Annex and may be extended or reduced by exchange of notes between the Parties 90 days in advance.
2. Any extension of the list provided in the Annex may comprise only communities located within a strip of up to 20 kilometres from the border and by common agreement between the two Parties. The extension may include all or part of the rights provided for in Article 1.
3. Either Party may at its discretion suspend or cancel unilaterally the implementation of this Agreement in any of the communities listed in the Annex through a diplomatic note 30 days in advance. Moreover, the cancellation or suspension may concern any of the subsections of Article 1 of this Agreement.
4. The suspension or cancellation of the implementation of this Agreement in accordance with paragraph 3 shall not affect the validity of any frontier inhabitant special documents already issued and the exercise of the rights resulting from those documents.

Article VII. Termination of penalties

Administrative penalties imposed or to be imposed for an illegal stay in the communities listed in the Annex on persons having entered up until 15 March 2002 shall be terminated on the date of entry into force of this Agreement.

Article VIII. Encouragement of linkage

Each Party shall be tolerant of the use of the other Party's language by beneficiaries of this Agreement who address public bodies or government departments in order to claim or demand advantages emanating from the Agreement.

Article IX. Entry into force

This Agreement shall enter into force on the date of exchange of the instruments of ratification by the Parties.

Article X. Termination

This Agreement may be terminated by either Party, by written notification transmitted through the diplomatic channel, subject to at least 90 days' notice.

Article XI. Settlement of disputes

Any doubt regarding the implementation of this Agreement shall be resolved by diplomatic means through an appropriate exchange of notes.

Done at Montevideo on 21 August 2002, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO LAFER

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

DIDIER OPERTTI BADÁN

ANNEX CONTAINING THE ASSOCIATED COMMUNITIES

LIST OF ASSOCIATIONS BETWEEN FRONTIER COMMUNITIES

1. Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo and Barra do Chuí (Brazil) with Chuy, 18 de Julio, Barra del Chuy and La Coronilla (Uruguay)
2. Jaguarão (Brazil) with Río Branco (Uruguay)
3. Aceguá (Brazil) with Aceguá (Uruguay)
4. Santana do Livramento (Brazil) with Rivera (Uruguay)
5. Quaraí (Brazil) with Artigas (Uruguay)
6. Barra do Quaraí (Brazil) with Bella Unión (Uruguay)

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY RELATIF AUX PERMIS
DE RÉSIDENCE, D'ÉTUDE ET DE TRAVAIL POUR LES RESSORTIS-
SANTS FRONTALIERS BRÉSILIENS ET URUGUAYENS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay (ci-après dénommés les "Parties"),

Considérant les liens historiques d'amitié fraternelle qui existent entre les deux nations;

Reconnaissant que les frontières qui unissent les deux pays constituent des éléments d'intégration entre leurs populations;

Réaffirmant le désir de convenir de solutions communes en vue de renforcer le processus d'intégration entre les Parties;

Observant l'importance d'envisager de telles solutions sous forme d'instruments juridiques de coopération dans des domaines d'intérêt commun, comme la circulation des personnes et le contrôle de l'immigration;

Décident de conclure un Accord pour permettre l'accès, la résidence, l'étude, le travail, la sécurité sociale et l'octroi d'un document spécial pour frontalier aux étrangers résidant dans des localités frontalières, en vertu des termes suivants :

Article I. Permis de résidence, d'étude et de travail

1. Un permis de travail pourra être délivré aux ressortissants d'une des Parties résidant dans les localités frontalières citées dans l'Annexe des localités reliées afin de :

a) Résider dans la localité voisine située sur le territoire de l'autre Partie, à laquelle elle est liée en vertu des dispositions du présent Accord;

b) Exercer un travail, une occupation ou une profession, avec les obligations et les droits qui en résultent en matière de sécurité sociale;

c) Fréquenter des établissements d'enseignement public ou privé.

2. Les droits établis au présent article s'étendent aux pensionnés et retraités.

3. Le statut de frontalier pourra être initialement accordé pour 5 (cinq) ans et pourra être prorogé pour une période identique; après cette échéance, il pourra être accordé pour une durée indéterminée mais il vaudra, en toutes circonstances, exclusivement au sein de la localité pour laquelle il a été accordé.

Article II. Document spécial pour frontalier

1. Les personnes signalées à l'article précédent pourront recevoir un document spécial pour frontalier, qui confirme ce statut.

2. La détention du document spécial pour frontalier ne dégage pas la personne de l'usage des documents d'identité déjà définis dans d'autres accords en vigueur souscrits entre les deux Parties.

Article III. Octroi

1. Le Département de la Police fédérale du Brésil et la Direction nationale de l'immigration de l'Uruguay seront respectivement compétents pour délivrer le document spécial pour frontalier.

2. Ce document spécial pour frontalier indiquera le statut de frontalier ainsi que la localité où le ressortissant sera autorisé à exercer les droits prévus dans le présent Accord et les autres exigences établies par convention administrative entre le Ministère de la Justice du Brésil et le Ministère de l'Intérieur de l'Uruguay.

3. Le document spécial pour frontalier autorise exclusivement son titulaire à résider au sein des limites territoriales de la localité frontalière à laquelle il se rapporte.

4. Pour pouvoir obtenir le document spécial pour frontalier, l'intéressé devra présenter :

a) Un passeport ou autre document d'identité valable, reconnu par les Parties dans d'autres accords en vigueur;

b) Une preuve de résidence dans une des localités reprises à l'Annexe du présent Accord;

c) Un document relatif aux procès judiciaires et antécédents criminels dans les localités où il a résidé au cours des cinq (5) dernières années;

d) Deux photographies d'identité en couleurs et récentes, de 3 x 4;

e) La preuve de paiement des impôts dus.

5. Quiconque aurait été condamné ou soumis à une procédure judiciaire, au sein des Parties ou à l'étranger, ne pourra pas bénéficier du présent Accord.

6. La liste des documents établie au paragraphe 4 pourra être modifiée ou détaillée sur accord administratif conclu entre le Ministère de la Justice du Brésil et le Ministère de l'Intérieur d'Uruguay.

7. Pour les mineurs, la demande devra être introduite par représentation ou assistance.

8. Dans le cadre de l'octroi du document spécial pour frontalier, les deux Parties accepteront indifféremment des documents rédigés en portugais ou en espagnol.

Article IV. Annulation

1. Le statut de frontalier pourra être annulé à tout moment dans les circonstances suivantes :

a) Perte de la nationalité d'une des Parties;

b) Condamnation judiciaire dans l'une ou l'autre des Parties ou à l'étranger;

c) Fraude ou utilisation de faux documents pour obtenir le statut;

- d) Obtention d'un autre statut d'immigrant; ou
 - e) Tentative d'exercer les droits prévus au présent Accord en dehors des limites territoriales établies dans l'Annexe.
2. L'annulation du statut entraînera le retrait du document spécial pour frontalier par l'autorité qui l'a délivré.
 3. Les Parties pourront définir d'autres motifs d'annulation du statut de frontalier.

Article V. Autres accords

1. Le présent Accord ne modifie pas les droits et les obligations établis en fonction d'autres accords et traités en vigueur.
2. Le présent Accord n'empêche pas l'application, dans les localités qu'il couvre, d'autres traités et accords en vigueur.
3. Le présent Accord ne s'appliquera pas aux localités qui ne sont pas expressément reprises dans son Annexe des localités reliées.

Article VI. Annexe des localités reliées

1. La liste des localités frontalières et des liens respectifs pour l'application du présent Accord est reprise en Annexe; elle pourra être élargie ou réduite par échange de notes entre les Parties, avec 90 (quatre-vingt-dix) jours d'anticipation.
2. L'extension de la liste établie à l'Annexe pourra uniquement comprendre des localités situées dans une frange allant jusqu'à 20 (vingt) kilomètres de la frontière et elle se fera uniquement de commun accord entre les deux Parties. L'extension pourra concerner la totalité ou une partie des droits prévus à l'article I.
3. Chacune des Parties pourra, en fonction de ses propres critères, interrompre ou annuler unilatéralement l'application du présent Accord dans n'importe laquelle des localités énumérées dans l'Annexe, par voie de note diplomatique remise 30 (trente) jours auparavant. L'annulation ou la suspension pourra également concerner un des points définis à l'article I du présent Accord.
4. La suspension ou l'annulation de l'application du présent Accord, telle que prévue au point 3, n'entrave pas la validité des documents spéciaux pour frontalier déjà délivrés ni l'exercice des droits qu'ils ont engendré.

Article VII. Suppression des pénalités

Les pénalités administratives appliquées ou applicables à la date d'entrée en vigueur du présent Accord, pour motif de séjour irrégulier des personnes qui auraient accédé, jusqu'au 15 mars 2002, aux localités mentionnées dans l'Annexe, seront supprimées.

Article VIII. Encouragement de l'intégration

Chacune des Parties devra être tolérante quant à l'utilisation de la langue de l'autre Partie par les bénéficiaires du présent Accord, lorsqu'ils s'adressent à des organismes ou à des services publics pour réclamer ou revendiquer les avantages qui en découlent.

Article IX. Validité

Le présent Accord entrera en vigueur à la date d'échange des instruments de ratification par les Parties.

Article X. Dénonciation

Le présent Accord pourra être dénoncé par n'importe laquelle des Parties, par communication écrite, transmise par voie diplomatique, avec un préavis minimum de 90 (quatre-vingt-dix) jours.

Article XI. Résolution de controverses

Tout doute soulevé quant à l'application du présent Accord devra être résolu par la voie diplomatique, moyennant l'échange respectif de notes.

Fait à Montevideo, le 21 août 2002, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO LAFER

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay :

DIDIER OPERTTI BADÁN

ANNEXE DES LOCALITES RELIÉES

LISTE DES LIENS ENTRE LES LOCALITÉS FRONTALIÈRES

1. Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo et Barra do Chuí (Brésil) à Chuy, 18 de Julio, Barra del Chuy et La Coronilla (Uruguay);
2. Jaguarão (Brésil) à Rio Branco (Uruguay);
3. Aceguá (Brésil) à Aceguá (Uruguay);
4. Santana do Livramento (Brésil) à Rivera (Uruguay);
5. Quaraí (Brésil) à Artigas (Uruguay);
6. Barra do Quaraí (Brésil) à Bella Unión (Uruguay)